

Esta forma de ver a espacialidade dos fenómenos e processos, tanto em termos históricos como sociais, foi grandemente fomentada pela publicação de *La production de l'espace*³ de Henri Lefebvre. Este autor introduziu a ideia de que o espaço não é simplesmente uma geografia natural nem um contentor vazio que foi sendo cheio pela História, sendo antes algo que a humanidade foi produzindo ao longo do tempo, já que as relações no e com o espaço se alteram. O espaço é por si só histórico e reflete as mudanças e evoluções das comunidades humanas. Esta atenção dedicada à questão espacial, nomeadamente à forma como as modificações dos espaços e das relações entre eles explicam e implicam alterações no tempo, não era então um movimento completamente novo. Já com a escola dos Annales, em autores como Marc Bloch e, fundamentalmente, Fernand Braudel – que concebe o tempo histórico como decorrendo em três níveis, o da “longa duração”, o da “conjuntura” e o dos “eventos” – surge como inconcebível uma “história total”, se desligada do espaço onde decorrem os processos.

A ideia do território como uma construção social complexa que afeta as práticas e perceções humanas e a sua importância e influência na reprodução social conduziram, em grande medida, ao interesse de alguns historiadores em utilizar tecnologias e metodologias desenvolvidas para outras áreas do conhecimento científico e aplicá-las nas questões da investigação histórica⁴. Nota-se, portanto, um crescente interesse em “localizar” o passado, em apor a evolução temporal à variação espacial – movimento conhecido por *spatial turn* – revelando a intenção em entender o papel do espaço no desenrolar da História humana (BODERNHAMER; CORRIGAN; HARRIS, 2010). Procuram-se, assim, novas perspetivas no examinar/reexaminar de relações, padrões e contextos que emergem quando a História das comunidades humanas é deslindada através de uma lente “espacial”. O âmbito da análise espacial dos fenómenos históricos situa-se, no fundo, no exame de atributos e relações entre os dados, levando em conta a localização de um acontecimento ou de um processo em estudo. Esta pode ser feita de forma simples, através da observação do fenómeno e de sua distribuição

³ A primeira edição desta obra é datada de 1974.

⁴ Nomeadamente os Sistemas de Informação Geográficos e as metodologias relacionadas com estatística espacial, de que são exemplo os seguintes estudos: Bodenhamer, Corrigan e Harris (2010); Frank (2007); Gregory e Ell (2007); Healey e Stamp (2000); Knowles (2000, 2002); Schwartz (2011); Silveira et al. (2011).

no espaço, ou através de uma análise mais elaborada, que considere a interação de vários fenómenos para explicar uma determinada situação no espaço geográfico.

A espacialidade dos processos e fenómenos históricos é elemento indispensável ao entendimento das relações sociais e humanas e toda a ação humana acontece num determinado espaço-tempo, que se materializa num “lugar” da História (LEFEBVRE, 2007). Estas conceções impõem, então, que a variável espacial assuma um papel fundamental na análise de como era e se organizava a concentração fabril lisboeta na última década do século XIX.

Nesta época operaram-se grandes mudanças económicas, sociais e urbanísticas na cidade de Lisboa, impulsionadas parcialmente pelo desenvolvimento industrial. No entanto, estas não se processaram de forma instantânea nem tão pouco homogênea no território urbano da capital portuguesa. Neste texto procuro analisar a implantação industrial da capital portuguesa na última década de Oitocentos, a partir da construção de uma cartografia digital pormenorizada. Sendo, portanto, identificada a localização dos estabelecimentos industriais e oficinais, as diferentes formas de habitação operária e as sedes das respetivas associações, granjeando as diferenças na espacialidade da vida operária em distintos contextos desta Lisboa em mutação.

Como se caracterizava e distribuía a indústria na cidade de Lisboa? Como se caracterizava globalmente o operariado e se distribuía pelos estabelecimentos industriais? Em que zonas da cidade estavam os locais de trabalho, de habitação e de associação destas pessoas? O que qualificava estes três eixos da vida operária?

Privilegiando a perspetiva espacial, utilizaram-se fontes que permitem não só uma análise de dados quantitativos e qualitativos relativos à vivência operária, mas também possibilitam a localização geográfica dessas mesmas vivências. É, portanto, essencial e fundamental para a realização desta investigação a frutífera produção de estatísticas, inquéritos, relatórios e estudos neste breve período que se debruçaram sobre a situação social e industrial do país e, mais pormenorizadamente, da sua capital e dos seus habitantes pertencentes às “classes laboriosas”. Usei também, fontes primárias, incluídas em fundos de arquivos documentais, como as atas de fundação de diferentes tipos de associações de cariz operário e os processos de obras e de arruamentos de bairros e vilas operárias.⁵

⁵ Ver os Fundos arquivísticos e, na lista de referências, as publicações oficiais e os relatórios e estatísticas consultados no âmbito desta investigação.

A preponderância que pretendo dar à perspectiva espacial ditou a necessidade da criação de um Sistema de Informação Geográfico (SIG) que inclui toda a informação depois de georreferenciada. Isto significa que, sempre que possível, foi atribuída uma localização precisa, nomeadamente ao nível da rua e número da porta, a cada estabelecimento industrial, núcleo de habitação e associação operária. Deste modo, foi possível relacionar diferentes tipos e camadas de informação – qualitativas ou quantitativas; geográficas, económicas ou históricas – referentes a fábricas, associações ou aglomerados de habitação operária.

A aplicação desta ferramenta digital ao trabalho do historiador, tanto na vertente de investigação como na de divulgação, é uma prática que começou a surgir no final da década de 90 do século XX, sendo internacionalmente reconhecida como *Historical GIS* (HGIS). O emprego dos SIG na indagação do passado consiste, grosso modo, na construção de bases de dados que integrem informação cartográfica georreferenciada, sobre a localização de determinadas entidades com informação quantitativa e/ou qualitativa associada. Os vários níveis de dados, resultado da compilação crítica e fundamentada de informação histórica, e a cartografia digital daí resultante poderão ser comparados, sobrepostos, “questionados” de forma a serem exploradas alterações que ocorreram tanto a nível espacial como temporal. Tal como apontado por Knowles (2000), em seu artigo considerado fundador da conceptualização dos HGIS, a utilização das ferramentas e metodologias SIG é mais frutífera em investigações históricas que, para além de se usarem dados passíveis de serem representados através de pontos, linhas ou áreas, se pretende analisar e representar grandes volumes de dados. E, assim, testar hipóteses que relacionem entidades representáveis no espaço e/ou em pesquisas inerentes às alterações de padrões espaciais.

De facto, a importância e a mais-valia da utilização de um SIG numa investigação como esta que aqui apresentamos advém do facto de ser uma infraestrutura capaz de cruzar e gerir uma enorme quantidade e diversidade de dados. O grande desafio consiste em ir além das suas capacidades de representação cartográfica e de o explorar enquanto “ferramenta de gestão [e análise] de informação” (ELL, 2010, p. 148, tradução nossa)⁶, geradora de novas

⁶ Língua original: Inglês.

hipóteses e explicações históricas. Procurando, deste modo, “chegar mais perto da complexidade das alterações e da realidade histórica” (SCHWARTZ; GREGORY; MARTI-HENNEBERG, 2011, p. 252)⁷ lisboeta da década final do século XIX e “apontar uma ligação contingente entre alterações na estrutura da sociedade” (MOORE, 2010, p. 40).

A construção de um SIG permite associar, relacionar e explorar espacialmente múltipla informação relativa às vertentes do quotidiano operário analisadas – laboral, habitacional e de associação – proveniente das várias fontes primárias e secundárias assim como de diferentes fundos arquivísticos⁸. A georreferenciação destes dados possibilita a criação de cartografia digital detalhada da localização e caracterização das fábricas, das aglomerações habitacionais dos operários e dos seus espaços de associação e intervenção política. Permite, deste modo, deslindar e estudar a implantação industrial e operária no espaço urbano da capital deste período, possibilitando novas perspetivas de conhecimento deste processo histórico ao relacioná-lo com a sua localização. Por outro lado, das sobreposições e hiatos territoriais destes aspetos do quotidiano surge a clarificação do papel e da importância da indústria e do operariado na Lisboa do final do século XIX.

LOCAIS DE TRABALHO – Fábricas e oficinas

A análise da indústria e dos operários, particularmente da implantação e caracterização dos estabelecimentos industriais e do trabalho operário que neles se operava, apoia-se fundamentalmente na informação contida no *Inquérito Industrial de 1890*. As informações sobre as fábricas de Lisboa, com mais de cinco operários, são de tal forma detalhadas que permitem a localização dos estabelecimentos industriais ao nível da rua, mas também obter informação

⁷ Língua original: Inglês.

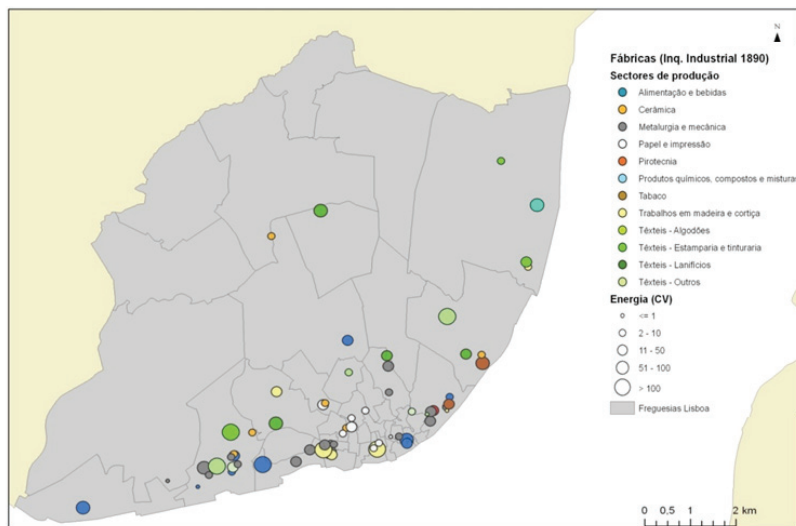
⁸ Como por exemplo: Fundo das Associações de Classe (Arquivo do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social); Cadastro de Associações Socioprofissionais e Mútuas; Estatutos das Associações de Classe e Recreativas (Arquivo do Governo Civil de Lisboa); Registo de licenças para estabelecimentos de comércio e indústria, 1890-1900; Urbanismo e Obras / Planeamento Urbanístico / Projectos de Arruamentos (Arquivo Municipal de Lisboa).

Os sectores de produção que estavam relacionados com as necessidades diárias das populações – “Alimentação e Bebidas”, “Trabalhos em Madeira e Cortiça” e “Metalurgia e Mecânica” – estavam naturalmente bastante dispersos pelo território lisboeta. No segundo padrão enunciado, identifica-se na zona ocidental da cidade as grandes fábricas de têxteis de “Algodão” e as “Estamparias e Tinturarias”, em Alcântara, e a produção de “Cerâmica”. E na zona oriente do centro tradicional da cidade encontrava-se o mesmo tipo de setores produtivos, acrescentando-se ainda as fábricas de “*Tabacos*” que se concentravam em Xabregas. Todos estes são tipos de produção que por questões relacionadas com a disponibilidade de espaço, matérias-primas e/ou salubridade tendiam a implantar-se nas zonas periféricas da cidade.

A zona central e a “elegante Baixa” de Lisboa, onde se observa o terceiro tipo de padronização sectorial, era povoada pelas tipografias e fábricas de produção de “Papel”, para além das confeções de vestuário, fabricas de chapéus e de luvas – “Têxteis – outros”.

O *Inquérito Industrial de 1890* constitui também uma fonte importante para a caracterização tecnológica da indústria da cidade de Lisboa neste final de Oitocentos. Permite-nos examinar não só que fábricas utilizavam esta energia na sua produção, mas também as máquinas a vapor que usavam e a quantidade de cavalos-vapor gastos.

FIGURA 3 - UTILIZAÇÃO DA ENERGIA A VAPOR POR SETOR INDUSTRIAL (1890)



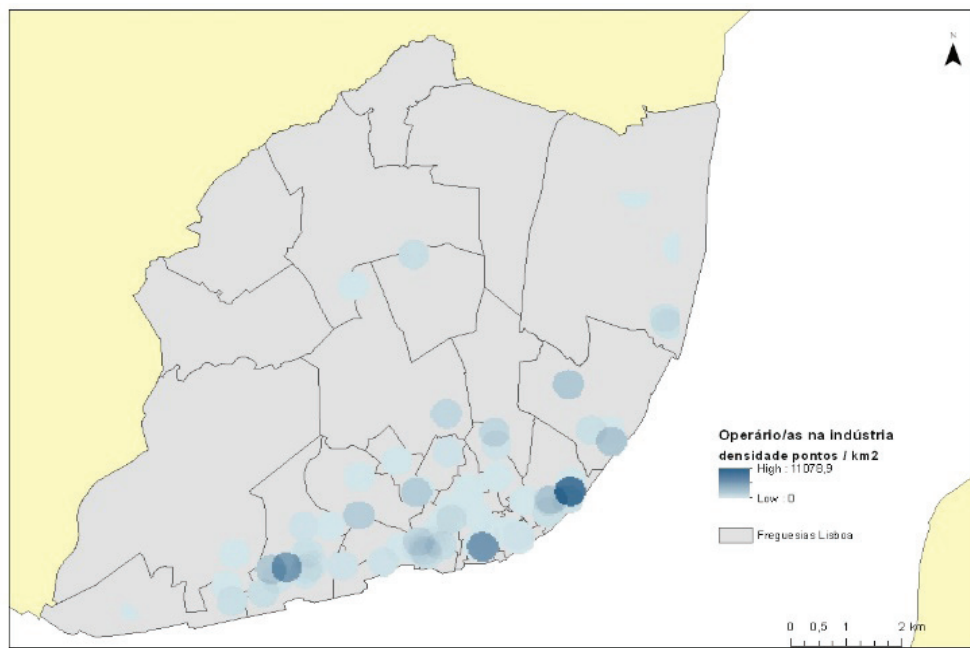
Fonte: Alcântara, 2016, p. 51

A análise espacial da dispersão da energia do vapor (Figura 3) mostra que o seu uso não se circunscrevia aos novos polos industriais ou a grandes fábricas, estando de algum modo difundida por toda a cidade, existindo mesmo nas zonas mais centrais. Os “Têxteis” no seu conjunto eram o setor industrial onde o uso do vapor estava mais difundido. No entanto, muitas fábricas e mesmo pequenas oficinas com outro tipo de produção, como nos “Tabacos”, na “Metalurgia”, na “Alimentação” e no “Papel e Impressão”, também se empregava esta energia. Assim, o uso do vapor não se circunscrevia aos polos industriais de Alcântara e Xabregas ou às grandes fábricas, mas estava de algum modo difundido pela cidade, existindo inclusive na zona histórica e central.

A análise da dimensão das fábricas e oficinas em número de operários permite estudar a dispersão da densidade do trabalho operário (Figura 4)¹⁰ e perceber em que zonas da cidade trabalhavam mais operários e operárias. Embora a densidade das unidades de produção fosse maior no centro (Figura 1), com uma maior concentração de pequenas fábricas e oficinas, os estabelecimentos com mais trabalhadores encontravam-se essencialmente nas novas zonas industriais em afirmação neste período: a zona ocidental e a zona oriental. No entanto, não é de desprezar a concentração de trabalhadores ligados à indústria na zona histórica e mais antiga da cidade.

¹⁰ Para cartografar o trabalho industrial optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo cada ponto valorizado conforme o número total de operários e operárias que trabalhavam em cada fábrica ou oficina referenciada no Inquérito Industrial de 1890. Assim, na Figura 4, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam (nos seus locais de trabalho) um maior número de trabalhadores industriais.

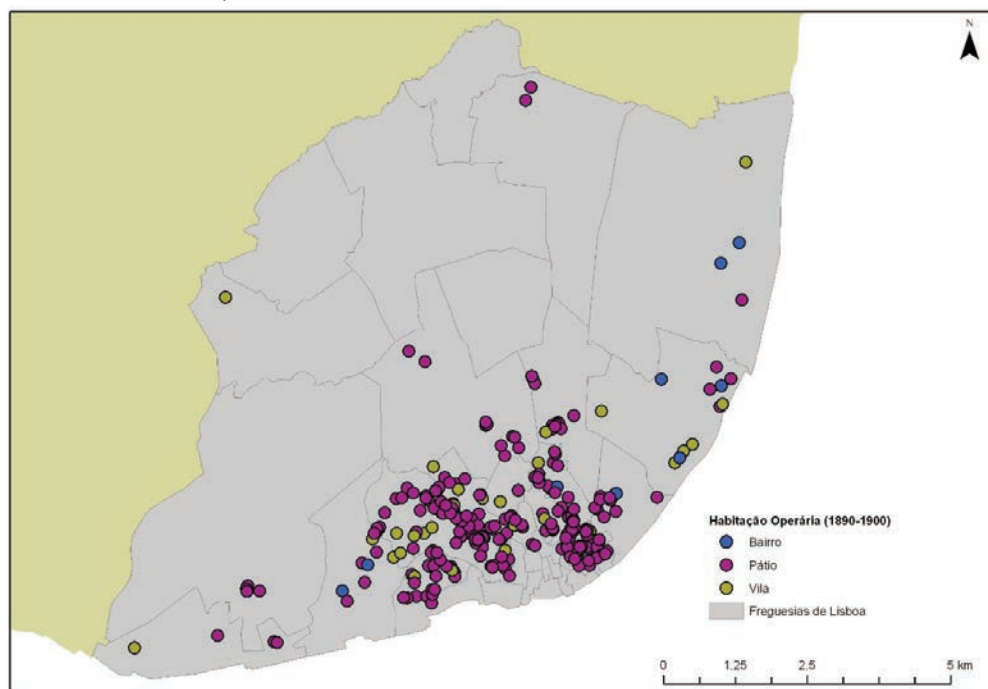
FIGURA 4 - OPERÁRIOS/AS NA INDÚSTRIA (1890)



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

LOCAIS DE HABITAÇÃO – PÁTIOS, VILAS E BAIRROS OPERÁRIOS

Sabendo-se do aumento demográfico de Lisboa neste período (RODRIGUES, 1995), importa perceber onde e como habitavam os novos lisboetas. A habitação operária não foi enquadrada, a nível estatal, até aos anos 20 do século XX (BARATA, 2010; FERREIRA, 1987), deixando a busca de soluções para privados. Foi dos próprios operários, dos donos de fábricas e de outros proprietários que surgiram iniciativas de construção e/ou adaptação de espaços para habitação dos novos efetivos populacionais que chegavam à capital.

FIGURA 5 - HABITAÇÃO OPERÁRIA (1890-1900)

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Com base em dados provenientes de diversas fontes da época, que permitem a localização e caracterização da habitação operária – *Inquérito aos pátios de Lisboa; Fundo de Urbanismo e Obras e Processos de Obras* do Arquivo Municipal de Lisboa; relatórios produzidos por instâncias estatais (FUSCHINI, 1884; AZEVEDO, 1905) – cujas falhas e imprecisões foram colmatadas pelo recurso a investigações atuais (DIVISÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DOS PÁTIOS E VILAS, 1993; PEREIRA, BUARQUE, 1995), foi construída cartografia digital representando as diferentes formas e núcleos de habitação operária cuja ocupação pode ser confirmada na década de 1890-1900.

A análise espacial da distribuição territorial e a caracterização dos aglomerados de habitação operária e a análise espacial da distribuição destas (Figura 5) revelam uma dispersão muito semelhante à dos estabelecimentos industriais (Figura 1), indicando que o operariado viveria perto dos locais de trabalho. A exceção seria

quem trabalhava mesmo no centro tradicional da cidade. Por imperativos que se prendiam com o preço das rendas, essas pessoas viveriam mais afastados dos seus locais de trabalho, ainda assim não longe do velho centro económico e político da cidade. Conclui-se, portanto, que os espaços industriais e habitacionais se interligavam na geografia urbana da capital neste período.

O estudo da localização das diferentes tipologias da habitação operária (Figura 5) identificadas para esta época – bairros, pátios e vilas operárias – permite afirmar que aquelas que eram construídas de raiz com o propósito de servirem comunidades operárias eram em menor número e estavam, essencialmente, nas novas zonas de crescimento industrial. Este é o caso dos bairros operários e das vilas que, embora construídas também por iniciativa privada de alguns proprietários industriais, por terem menores dimensões, existiam em maior quantidade e estavam mais dispersas pelo tecido urbano.

No entanto, a tipologia de habitação operária que dominava o espaço urbano operário eram os pátios. Estes resultavam, na sua maioria, de construções mais ou menos precárias edificadas em espaços livres nas traseiras de prédios e quarteirões ou do reaproveitamento de espaços e/ou construções anteriores.

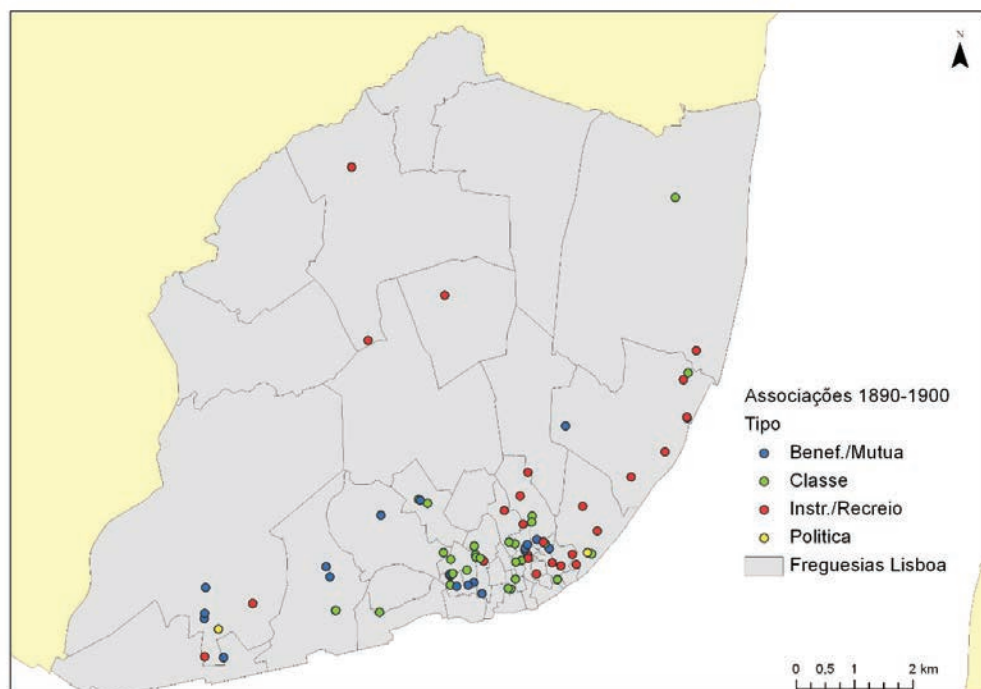
Para entender onde realmente viviam as pessoas é necessário analisar a concentração de habitantes em cada polo de habitação operária. A densidade de moradores por aglomerado habitacional (Figura 6)¹¹ intensifica a leitura dada pela dispersão da habitação per si abordada anteriormente (Figura 5). Ou seja, os aglomerados habitacionais com mais moradores encontravam-se em redor do centro histórico e não nas novas áreas industriais. Existindo uma clara intensificação da densidade de moradores nas zonas de Alfama e Sapadores – a oriente do centro – e da Rua de S. Bento e do Rato/Amoreiras – a norte/ocidente –, onde viveriam a maior parte das pessoas da “classe laboriosa”.

¹¹ Para cartografar a quantidade de moradores em habitações operárias optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo cada ponto valorizado conforme o número total de moradores que viviam em cada núcleo de habitação operária incluída na base-de-dados por nós construída (com base em diversas fontes já referidas). Assim, na Figura 6, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam um maior número de habitantes registados em aglomerados habitacionais operários.

as mutualistas e, posteriormente, com a legalização das Associações de Classe em 1891, as ligadas ao trabalho.

Os dados relativos a associações de classe, grémios ou coletividades, com atividade entre 1890 e 1900, cujos sócios fundadores fossem operários e/ou os seus objetivos estatutários estivessem ligadas à vivência social, cultural e/ou política da população operária permitiram analisar esta temática. Informações estas que estavam espalhadas por diversas fontes: nos fundos Cadastro de Associações Socioprofissionais e Mútuas e Estatutos das Associações de Classe e Recreativas do Arquivo do Governo Civil de Lisboa; no Fundo das Associações de Classe do Ministério das Corporações e nos *Anuários Comerciais* da cidade publicados ao longo deste período.

FIGURA 7 - ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS (1890-1900)



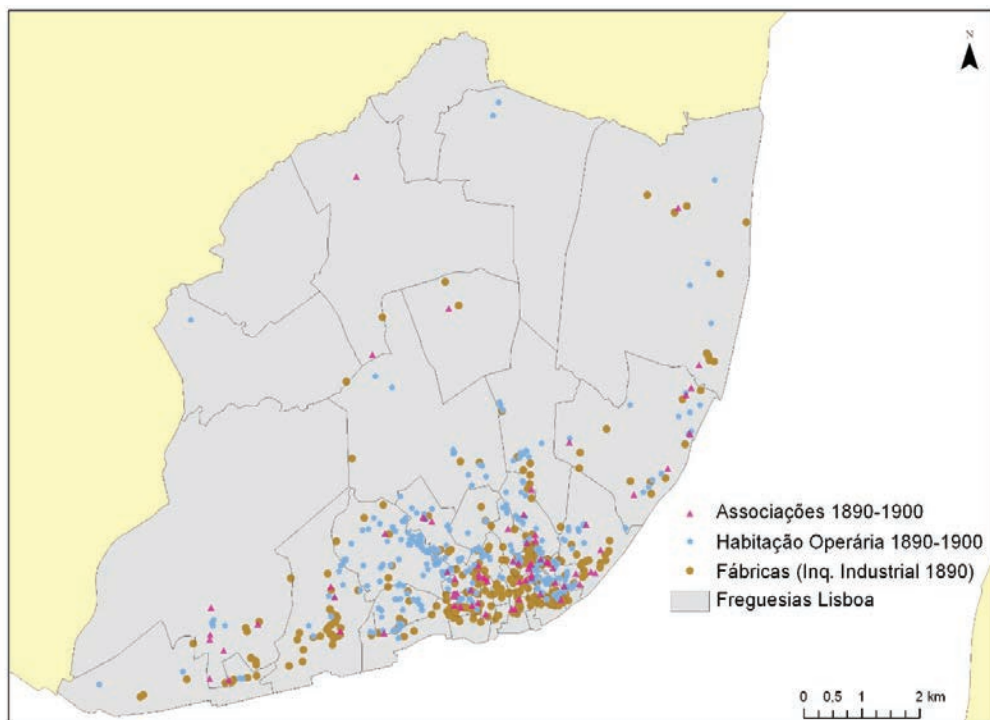
Fonte: Elaborada pela autora (2020).

A cartografia digital construída a partir dos dados referidos anteriormente permite a análise da disseminação dos diferentes tipos de associações operárias (Figura 7), revelando uma dispersão em grande parte próxima dos locais de habitação operária (Figura 5). O que aponta para que estas organizações – que tinham variadas funções tanto a nível político e reivindicativo como de cariz cultural e de instrução e, até, relacionadas com apoio social e económico – tenham representado um polo agregador das, ou de algumas, comunidades operárias. Esta hipótese é ainda suportada pelo facto das associações de carácter social (cooperativas, mutualistas, sociedades recreativas e musicais) estarem maioritariamente perto das zonas onde se concentrava a habitação das “classes laboriosas” e, por terem propósitos diferentes, as associações de classe e políticas estarem naturalmente mais próximas do centro e dos pontos de decisão económica e política. Destas últimas, as que não estão no centro da cidade situam-se junto às fábricas com muitos operários. Ou seja, as associações de classe concentravam-se perto do poder, junto dos políticos ou dos patrões.

ESPAÇOS DA LISBOA OPERÁRIA E INDUSTRIAL

Das sobreposições e hiatos territoriais destas três vertentes da vivência operária (Figura 8) podemos entender que nesta última década do século XIX existia em Lisboa uma dualidade de contextos que ocupavam diferentes espaços do território da cidade. Duas realidades paralelas numa mesma cidade – por um lado, o centro histórico e, por outro, as periferias industriais.

FIGURA 8 - ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, HABITACIONAIS E ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS (1890-1900)



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

A zona central, representante de uma realidade industrial “em extinção”, mostrava-se como um “centro industrial” que ainda não se tinha transferido para as periferias industriais em afirmação. Caracterizado por uma heterogeneidade social e económica, com uma indústria muito diversificada em termos setoriais incluída no tecido urbano, na qual a habitação operária se misturava com os palácios e as casas burguesas.

Nas zonas periféricas, a ocidente e oriente da cidade, desponta a “nova cidade industrial”. Caracterizada por uma maior homogeneidade social e de produção fabril, onde a existência de grandes fábricas com tecnologia moderna e alta grande concentração de operários e operárias provocou uma aproximação entre locais de trabalho e de habitação, potenciando uma crescente segregação do espaço urbano.

CONCLUSÃO

A leitura espacial da Lisboa industrial e operária na última década do século XIX permite concluir que população operária não existia só na “Lisboa Industrial” das zonas periféricas, a ocidente e oriente do centro tradicional, em afirmação nesta época. A classe operária também estava, porque lá trabalhava, na “Lisboa Elegante” da Baixa, das lojas, dos cafés e da política. A habitação operária ocupava fundamentalmente os espaços permitidos pela pressão da construção da cidade burguesa, que também se está a instituir nesta altura: nas áreas onde havia espaço livre, com o reaproveitamento das traseiras de prédios e quarteirões, antigos conventos e outros edifícios disponíveis. nas zonas mais centrais da cidade, e/ou onde os terrenos disponíveis eram mais baratos e permitiam a construção por parte de donos de fábricas ou proprietários industriais.

Já o emergente associativismo operário afirmava-se por uma dupla intervenção, com características territoriais próprias. A intervenção política, por parte das associações de classe e políticas, aproxima-se dos centros de decisão política – o centro da cidade e os locais de trabalho - enquanto que a intervenção social e cultural se aproxima das comunidades – dos seus locais de habitação.

A utilização do espaço como variável fundamental desta investigação e a associação entre as metodologias usuais na ciência histórica e as ferramentas SIG possibilitou o abarcar de uma grande diversidade de dados e, assim, fazer novas análises, equacionar de novas hipóteses e reexaminar questões antigas. Tornou-se, portanto, possível uma “visualização” e reinterpretação da Lisboa industrial e operária do final do século XIX, onde as alterações de carácter urbano, social e económico da cidade potenciaram a segregação das diferentes classes sociais. Consubstanciando um momento de transição fundamental para a formação da classe operária lisboeta. Tal como escreveu Katznelson (1986, p. 6), “A cidade interclassista quebra-se [...], com esta separação entre trabalho e casa e entre as classes sociais no espaço, as relações de classe são vividas não só no local de trabalho, mas também fora do local de trabalho, nas comunidades residenciais”.

FUNDOS ARQUIVÍSTICOS CONSULTADOS

- Arquivo do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social
 - *Fundo das Associações de Classe*
- Arquivo do Governo Civil de Lisboa
 - *Cadastro de Associações Socioprofissionais e Mútuas*
 - *Estatutos das Associações de Classe e Recreativas*
- Arquivo Municipal de Lisboa
 - Núcleo do Arco do Cego
 - *Urbanismo e Obras / Planeamento Urbanístico / Projectos de Arruamentos*
 - Núcleo Histórico
 - *Licenças e Visitas sanitárias (1890-1900)*
 - *Processos de obras*
- Arquivo Nacional Torre do Tombo (IANTT)
 - *Governo Civil de Lisboa (1ª incorporação)*
 - Processos de instalações industriais

REFERÊNCIAS

- Publicações Oficiais

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DAS OBRAS
PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. *Anuário estatístico do reino de Portugal*.
Lisboa: Imprensa Nacional, 1890-1900.

CALDEIRA, P (Coord.). *Anuário comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*. Lisboa, 1890-1900.

DIRECÇÃO DA ESTATÍSTICA GERAL E COMMERCIO. *Censo da população do Reino de Portugal a 1 de Dezembro de 1890*. Lisboa: IN, 1896-1901.

DIVISÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DOS PÁTIOS E VILAS. *Câmara Municipal de Lisboa. Plano de Pormenor de Salvaguarda de Pátios e Vilas*. Lisboa: CML, 1993.

FINO, G. C. C. *Collecção de Legislação Industrial*. Lisboa: IN, 1893.

FUSCHINI, A. *Construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres (Projecto de lei apresentado à Camara dos Senhores Deputados em 16 de Maio de 1884)*. Lisboa: IN, 1884.

- Relatórios e Estatísticas

AZEVEDO, A. *Habitações Operárias em Portugal*: Relatório Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905.

CONSELHO DOS MELHORAMENTOS SANITÁRIOS DO MINISTÉRIO
DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. *Inquérito aos pateos de
Lisboa*: ano de 1902. Lisboa: IN, 1903.

CONSELHO DOS MELHORAMENTOS SANITÁRIOS DO MINISTÉRIO
DAS OBRAS PÚBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. *Inquérito aos pateos de
Lisboa*: anno de 1905. Lisboa, IN, 1905.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA.
Direcção Geral do Commercio e Industria. *Inquérito industrial de 1890*. Lisboa: IN, 1891.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA.
Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos e situação dos respectivos operarios ordenado por Decreto de 23 de Setembro de 1887. Lisboa: IN, 1887.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA.
Contribuição para o estudo das casas para Operários. *Boletim do Trabalho Industrial*,
Lisboa, n. 66, 1912.

SIMÕES, J. de Oliveira. Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, n. 49, 1910.

- Estudos

ALCÂNTARA, A. Uma geografia da Lisboa operária em 1890. In: PAÇO, A. Simões do; TEIXEIRA, C.; GODINHO, P.; VARELA, R.; PEREIRA. *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*. Lisboa: IHC-FCSH-UNL, 2016. p. 38-52. (v. I).

BARATA, A. *Lisboa “caes da Europa”*: realidades, desejos e ficções para a cidade (1860-1930). Lisboa: Edições Colibri, 2010.

BODENHAMER, D. J.; CORRIGAN, J.; HARRIS, T. M. *The Spatial Humanities: GIS and the Future of Humanities Scholarship*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

ELL, P. GIS, e-Science, and the Humanities Grid. In: BODENHAMER, D. J.; CORRIGAN, J.; HARRIS, T. (Ed.). *The Spatial Humanities: GIS and the Future of Humanities Scholarship*. Bloomington: Indiana University Press, 2010. p. 143-166.

ETHINGTON, P. J. Placing the past: “Groundwork” for a Spatial Theory of History. *Rethinking History*, v. 11, n. 4, p. 465-493, 2007.

FERREIRA, V. M. *A cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da Metrópole*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

FRANK, Z. Layers, Fows and Intersections: Jeronymo José de Mello and artisan life in Rio de Janeiro, 1840's-1880's. *Journal of Social History*, v. 41, n. 2, p.307-328, 2007.

GREGORY, I.; ELL, P. S. *Historical GIS: Technologies, Methodologies and Scholarship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HEALEY, R. G.; STAMP, T. R. Historical GIS as a Foundation for the Analysis of Regional Economic Growth. *Social Science History*, v. 24, n. 3, p. 575-612, 2000.

KATZNELSON, I. *Working-class formation: Nineteenth-Century Patterns in Western Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

KNOWLES, A. K. Historical GIS: The Spatial Turn in Social Science History. *Social Science History*, v. 24, n. 3, p. 451-470, 2000.

KNOWLES, A. K. *Past Time, Past Place: GIS for History*. California: Esri Press, 2002.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Maiden: Blackwell Publishing, 2007.

MOORE, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Edições 70, 2010.

OYÓN, J. L. Obreros em la ciudad: líneas de um proyecto de investigación en historia Urbana. *Historia Contemporánea*, n. 18, p. 317-345, 1999.

OYÓN, J. L.; PERMANYER, M. S. Historia Urbana: el espacio no es inocente. *Historia Contemporánea*, n. 39, p. 387-401, 2009.

PEREIRA, N. T.; BUARQUE, I. (Fotog.). *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.

RODRIGUES, T. *Nascer e morrer na Lisboa Oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

